

Dinâmicas sócio-espaciais das Cidades Médias e do Agronegócio no norte do estado de Mato Grosso: o caso de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum

Socio-spatial dynamics of Medium Cities and Agribusiness in the north of the state of Mato Grosso: the case of Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde and Nova Mutum

Neumuel da Silva Faria ¹

Beatriz de Azevedo do Carmo ²

Judite de Azevedo do Carmo ³

Euller da Silva Faria ⁴

RESUMO

A pesquisa realizada teve como objetivo entender o processo de formação das áreas de estudo, isto é, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Além de buscar compreender como o desenvolvimento das atividades econômicas globalizadas, especificamente relacionadas ao agronegócio, influenciaram as mudanças sócio-espaciais nesses municípios ao longo do tempo. Os procedimentos metodológicos adotados foram o levantamento, a revisão e análise de bibliografias para fundamentar a pesquisa; a utilização de Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica espacializar o processo de expansão da produção de soja e da mancha urbana dos municípios por meio de mapas; utilizou-se também de coleta de dados nos sites da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Obteve-se como resultado que o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional foi determinante no processo de ocupação do Norte do Mato Grosso. Por meio dele, uma série de aparatos técnicos foram construídos e a viabilização econômica dessa região se mostrou possível, inserindo os novos territórios dentro da lógica global do capital por meio do agronegócio moderno. Isso à vista, os centros urbanos começaram a ganhar forma e, inseridos na lógica global, passaram a desempenhar o papel de auxiliares nos processos de produção do/no campo. Com o passar do

¹ Graduando em Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Sinop (MT). E-mail: neumuelslv12@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4161-635X>

² Professora interina do curso de Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Sinop (MT). Doutoranda em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), campus Campinas (SP). E-mail: beatriz.carmo@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9234-5521>

³ Professora do curso de Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus Sinop (MT) e da Pós-Graduação em Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Cáceres (MT). Pós-doutoranda em Geografia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), campus Campinas (SP). E-mail: judite.carmo@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7810-7559>

⁴ Graduando em Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Sinop (MT). E-mail: euller.faria@unemat.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5988-1453>

tempo, diversas mudanças ocorreram em vários âmbitos, conferindo particularidades às recém chamadas cidades do agronegócio.

Palavras-Chave: Produção do espaço urbano; Cidades Plantadas; Agropecuária.

ABSTRACT

The research carried out aimed to understand the formation process of the study areas, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde and Nova Mutum and how the development of globalized economic activities, specifically agribusiness, influenced the socio-spatial changes in these municipalities for a long time. The methodological procedures adopted were the survey, review and analysis of bibliographies to support the research; the use of Remote Sensing and Geographic Information System to spatialize the expansion process of soybean production and the urban area of the municipalities through maps; data collection was also used on the websites of the National Supply Company (Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB) and on the IBGE Automatic Recovery System (Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA). As a result, it was obtained that the development of the technical-scientific-informational environment was decisive in the process of occupation of the North of the state of Mato Grosso, through it a series of technical devices were built and the economic viability of this region proved to be possible, inserting new territories within the global logic of capital through modern agribusiness. Thus, urban centers began to take shape which, inserted in the global logic, began to play the role of auxiliaries in the production processes of/in the countryside. Over time, changes occurred in various areas, giving particularities to the newly called agribusiness cities.

Keywords: Production of urban space; planted cities; farming.

INTRODUÇÃO

O movimento da nova fronteira agrícola é explicado, de acordo com Santos e Silveira (2001), através da criação e do uso dos meios técnicos que permitem o avanço da agricultura no cerrado e, conforme interpretação própria, na “borda” da Amazônia Legal. A instalação desse modo de produção advém da cooperação entre as grandes empresas e o próprio Estado, que atuam conjunta e diretamente nas formas e no processo de (re)produção do espaço geográfico: em vias de viabilizar estruturas técnicas e conceder o financiamento dos empreendimentos, constata-se uma junção entre o uso dos meios técnicos, o desenvolvimento da agricultura no cerrado e na Amazônia Legal e, conseqüentemente, do poder estatal.

Nesse movimento, a cadeia produtiva passa a dar prioridade para culturas de exportação, enquanto o espaço passa a seguir uma nova divisão territorial do trabalho e o baixo preço das terras

auxilia na aquisição de grandes porções por conglomerados socioeconômicos. O uso da tecnologia no campo passa a ser não apenas um fator de garantia de produção, mas também um traço da desigualdade em seu acesso. Sobre isso Santos e Silveira (2001) afirmam que:

No caso brasileiro, a subordinação às lógicas globais é evidente não apenas pela presença dos atores hegemônicos, mas também porque estes se utilizam de objetos técnicos contemporâneos. E esse arranjo de objetos modernos acaba restringindo seu uso a um pequeno grupo de firmas e, portanto, induzindo a ações excludentes (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 131)

A apropriação desse espaço passa a ser determinada pela presença da tecnologia, que realiza movimentos instantâneos, ora integrando esse território à cadeia produtiva nacional, ora favorecendo a segregação territorial e social. Percebe-se, a partir disso, uma dinâmica territorial que, alinhada à ordem global, influi na formação das áreas urbanas com o espaço se ligando às formas de produção. Esse movimento, ao seu turno, gera intervenções cada vez maiores do homem sobre a natureza, causando dependência entre os meios de subsistência e as formas de acumulação (HARVEY, 2001).

A viabilização dos elementos constituintes do espaço passa pela construção de estruturas que possam fornecer movimento ao território, ligando-o a outras localidades e auxiliando na dinâmica de interligação entre os diversos espaços. Santos (1988) argumenta que por meio do entendimento dos sistemas fixos é possível uma análise direcionada, na qual estes são correspondentes instantâneos que, simultaneamente, se elegem como objetos técnicos e objetos sociais graças à presença dos fluxos. Em outras palavras, pode-se dizer que a ação do movimento só é permitida por meio da instalação dos elementos fixos. Segundo o referido autor, os fixos dão condições para a construção do espaço geográfico, formado por forças políticas, econômicas e sociais.

Por esse viés, a presença dos fluxos também é um fator determinante no processo de ocupação. Santos e Silveira (2001) fazem um balanço importante no início do século XXI, apontando que os fluxos, a partir da instalação do meio técnico-científico-informacional, passam a ser mais extensos e intensos. Assim, os grandes empreendimentos são determinantes. Tendo isso em conta, vale destacar as colocações de Coy e Klingler (2014), que classificaram a rodovia Cuiabá-Santarém

(BR-163) como a espinha dorsal de interligação terrestre com o restante do país, papel indispensável na modernização e construção de espaços globalizados. Os autores, ao se referirem a infraestrutura, argumentam que:

Para permitir o desenvolvimento nas áreas periféricas, tanto dos pequenos agricultores e como de grandes empresas, foram necessários grandes investimentos em infraestrutura por parte do Estado, principalmente a construção de estradas de longa distância [...] (COY e KLINGLER, 2014, p.7).

Por esta lógica, ao serem instalados, os centros urbanos passam a ser consequência da alocação de recursos públicos e privados que, por sua vez, priorizam o sistema de produção globalizado, gerando cidades que se inserem dentro de um contexto político-econômico-social favorável ao seu desenvolvimento onde são semeadas. Trevisam (2011) se refere a elas, nomeando-as como “cidades plantadas”. Para o autor, há, primeiramente, o interesse político-econômico para sua construção, que estabelece uma cooperação entre o Estado e agentes privados, mobilizando capital e instalando empreendimentos que possam fomentar o desenvolvimento dessas áreas.

É nesse contexto que as cidades emergem através do trabalho que se materializa em formas, nas quais seus processos de produção e reprodução estão diretamente ligados com o espaço geográfico em uma relação sócio-espacial. Portanto, a cidade é a “[...] construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza” (CARLOS, 2007, p. 20). Seguindo esta concepção, compreende-se que as cidades do agronegócio são aquelas que materializam a nova divisão territorial do trabalho e cooperam com o exercício do agronegócio: “[...] aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (ELIAS, 2011, p.162).

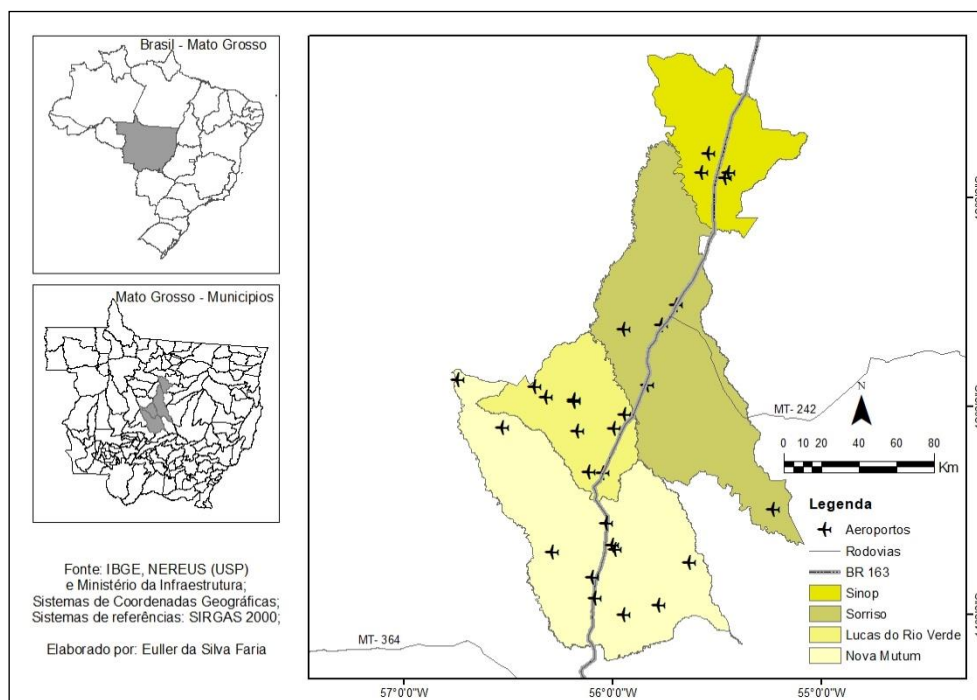
Seguindo este raciocínio, Corrêa (1989) elenca os agentes formadores do espaço urbano como atores diretos e indiretos desse processo. São eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os proprietários dos meios de produção atuam diretamente na formação da cidade, alocando espaços para o desenvolvimento de suas atividades, onde o aumento da malha urbana e o custo mais

oneroso das terras faz com que haja uma descentralização das atividades, gerando a busca por espaços com custos menores e proporcionando a geração de lucro para esses agentes. Os proprietários fundiários, outros agentes que atuam na produção de espaço, tomam proveito da terra de acordo com as vantagens oferecidas no seu uso ou na sua troca, ora incorporando parte dela ao território urbano ou utilizando-a para cultivo agrícola.

Os promotores imobiliários são responsáveis por tornar a terra um produto, implantando infraestrutura para que seja possível a transformação de capital-mercadoria em capital-dinheiro. Na construção das infraestruturas fundamentais para o desenvolvimento das cidades, o Estado atua regulando o uso da terra e, em muitas vezes, a desapropriando. Compreende-se, dessa maneira, que a cidade se constrói a partir da lógica do sistema capitalista, no qual o acesso à terra não ocorre de maneira homogênea. Assim, os grupos sociais excluídos não possuem acesso a esse produto, ocupando áreas irregulares, habitações precárias ou conjuntos habitacionais fornecidos pelo Estado, o que os torna, por esta lógica excludente, em agentes produtores do espaço urbano.

Nesse sentido, a cidade segue a lógica do capitalismo global e, por meio da ação dos seus agentes, sua construção é permeada por contradições próprias da sociedade de classes. No estudo proposto, a inserção do espaço estudado na lógica global, será responsável por alterações no âmbito econômico e ambiental. Desse modo, conforme as cidades representam a materialização do trabalho, as formas demonstradas por elas passam a ser a expressão das mudanças ocasionadas pelas atividades econômicas. Para tanto, o recorte utilizado levou em consideração cidades do Norte do Mato Grosso em áreas de cerrado e em parte da Amazônia legal, sendo elas: Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum (Figura 1).

Figura 1. Localização dos municípios de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, no estado de Mato Grosso.



Organizado pelos autores (2022).

Sinop, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), possui uma área territorial de 3.990,870 km², com uma população estimada, em 2021, de 148.960 pessoas, sendo resultado da política de ocupação da Amazônia Legal na década de 1970. Já Sorriso possui uma área territorial de 9.293,629 km², com uma população estimada de 94.941 pessoas no ano de 2021. O município é resultado da emancipação no ano de 1986 de uma agrovila antes pertencente a Nobres. Lucas do Rio Verde, por seu turno, possui 3.674,596 km² de extensão, tendo uma população estimada para o ano de 2021 de 69.671 pessoas, resultado de uma ocupação oriunda do processo de construção da BR-163. O município foi anteriormente uma agrovila organizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e no ano de 1986 foi emancipado como município. Nova Mutum, por fim, possui essa nomenclatura proveniente da ave mutum, característica da região. Seu processo de colonização ocorreu baseado na consolidação da

agropecuária no cerrado, conseguindo sua emancipação em 1988. O município possui uma área total de 9.536,814km² e uma população, em 2021, de 48.222 pessoas⁵.

A partir da figura 1, é possível verificar que o mapa, além da localização geográfica dos municípios, também representa uma expansão considerável conforme as perspectivas já mencionadas de Santos e Silveira (2001) em relação aos fixos e fluxos. Tem-se em conta, portanto, que os fixos se expandem e englobam outros meios de movimento, gerando novos fluxos e integrando a dinâmica sócio-espacial dos territórios à lógica de produção, se incorporando no agronegócio moderno e gerando novas divisões territoriais do trabalho. Também cabe destacar na figura 1, a presença massiva de aeroportos nas áreas de estudo, onde meios técnicos mais modernos (os aeroportos) se juntam com os mais antigos (a rodovia) e tais objetos que compõem a paisagem passam a interagir no espaço tempo em prol de uma cadeia produtiva.

As discussões apontadas são fundamentadas, principalmente, em autores como Elias e Pequeno (2007), Elias (2011), Frederico (2012), Pequeno e Elias (2020), que desenvolveram em suas pesquisas o tema também focado neste trabalho. Essas bibliografias possibilitaram a compreensão das formas de produção do espaço geográfico, fornecendo bases teóricas fundamentais para entender o desenvolvimento do campo moderno, debatendo sobre o processo de inserção das tecnologias no espaço rural, seus impactos na (re)organização do território brasileiro e sua influência na expansão urbana.

É nesse cenário que as cidades do agronegócio desabrocham e começam a desenvolver funções fundamentais na cadeia produtiva e na hierarquia urbana, dando ênfase para as cidades médias que se distanciam das grandes metrópoles. No trabalho de Silva et. al. (2015), são propostas discussões que abarcam os municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Este trabalho, por sua vez, propõe também a inserção de Sinop dentro da análise acerca das cidades do agronegócio, tendo em vista seu contingente populacional e suas estruturas voltadas para atender essa demanda. Portanto, o objetivo da pesquisa desenvolvida concentra-se em entender o processo

⁵ Dados retirados do *site* IBGE cidades. Brasil/Mato Grosso/Sinop. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sinop/pesquisa/38/46996>> Acesso em: 29 de set. 2022

de formação de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, no Norte do Mato Grosso. Além de compreender como o desenvolvimento das atividades econômicas globalizadas, como às ligadas ao agronegócio, influenciaram as mudanças sócio-espaciais nesses municípios ao longo tempo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de ocupação da região Centro Oeste ocorreu tardiamente, possibilitando um uso moderno do território pautado no agronegócio exportador. Por essa perspectiva, é necessário relembrar as ideias propostas por Santos sobre a ocupação desse território. Para tanto, as contribuições de Elias (2011) se fazem pertinentes, pois apresentam um panorama sobre as novas ocupações e a sua influência na formação das chamadas “cidades do agronegócio”, tal como as contribuições de Santos e Silveira (2001) que iniciaram as projeções de ocupação das áreas do cerrado e na Amazônia legal.

Com vistas a compreender a dinâmica sócio-espacial na região ocupada por Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento, revisão e análise de bibliografias, com o objetivo de compreender como os autores que estudam essas regiões têm entendido as influências do setor do agronegócio no processo de (re)produção sócio-espacial do espaço geográfico. Além disso, também foram utilizados instrumentos originados das geotecnologias para visualizar, interpretar e analisar o quadro presente do desenvolvimento econômico regional do agronegócio.

O processo de levantamento, sistematização e análise da bibliografia teve como base a proposta de Carmo (2022). Por isso, o levantamento foi realizado, primeiramente, a partir de palavras-chaves (cidades do agronegócio, cidades plantadas, produção de soja, agroindústria, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, dentre outras) em bancos de dados bibliográficos (Periódicos da CAPES, Scielo, Google acadêmico). Num segundo momento, houve uma categorização das informações coletadas que organizou a bibliografia por temáticas-chaves, realizando a análise via fichamentos, resumos e resenhas. Essa etapa foi orientada também pelas reflexões realizadas por Sousa et al. (2021), que compreendem esta atividade como um aprimoramento e atualização do

conhecimento referentes a uma determinada temática, buscando construir as linhas reflexivas através da investigação científica de obras já publicadas.

Em relação a utilização das geotecnologias para a análise sócio-espacial da região do agronegócio aqui tomada como área empírica de análise, é relevante pontuar o que Matias (2005) indica com relação a sua utilização. Para o autor, apesar de ser uma infraestrutura voltada para a aquisição, processamento e análise dos dados referentes ao espaço geográfico, seus resultados acabam influenciando na tomada de decisões no mundo atual, considerando as condições sociais e econômicas. Por esse viés, a utilização deste instrumental tecnológico contribui para o processo de (re)produção sócio-espacial do espaço geográfico, o que demanda criticidade por parte do usuário, entendendo o seu real significado no campo do conhecimento, originando benefícios e malefícios para a sociedade.

Posto isso, dentre os instrumentos pertencentes às geotecnologias, foi utilizado o Sensoriamento Remoto, por meio de imagens de satélite (Landsat 5, Landsat 8 e CBERS 4A) para o monitoramento ao longo dos anos, no recorte temporal de 1985 a 2021, do processo de expansão das manchas urbanas (tendo como base a fotointerpretação e digitalização em tela da área construída), bem como do desmatamento presente na área. Outro instrumento utilizado foi o Sistema de Informações Geográficas (SIG), através da implantação de uma base de dados georreferenciada no software ArcGIS PRO 2.9 (licença educacional do grupo de Geografia Urbana da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus Sinop) para os quatro municípios, visando especializar e dimensionar a expansão de suas manchas urbanas, como também a espacialização da área plantada de soja na área de estudo, dados provenientes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Para compreender a cadeia produtiva do cultivo de soja e a relação com sua distribuição espacial nas áreas de estudo, foram utilizados dados fornecidos pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no intuito de monitorar a produção de soja. Os dados passaram por uma busca que, posteriormente, foi sucedida pela filtragem das informações, buscando o recorte pretendido na pesquisa. Por fim, foram gerados tabelas e gráficos aplicados no estudo proposto.

A partir dos procedimentos metodológicos, a construção de uma base teórica referente à geografia urbana e agrária foi fundamental para a construção de toda a estrutura teórica que sustenta as premissas levantadas ao longo da realização deste estudo. Bem como a espacialização dos dados que ajudam a tornar discussões, muitas vezes extremamente teóricas e de difícil visualização para a comunidade acadêmica que não vivencia essa realidade social, econômica ou política regional, visível e palpável.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Elias (2011, p. 3), “[...] o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas nacionais e multinacionais”. Por meio da instalação de grandes conglomerados produtores de commodities, o território do agronegócio no eixo da BR-163 (Sinop, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum) se forma num processo massivo de municipalização da região Centro-Oeste, criando pontos luminosos e pontos opacos, de acordo com a difusão dos meios de produção.

Santos (2013) compreende que de acordo com a composição quantitativa e qualitativa dos subespaços, considerando a disponibilidade de ciência, tecnologia e informação com alta densidade populacional são caracterizados os pontos “luminosos” do território. Em contrapartida, as áreas sem a disponibilidade dos recursos mencionados anteriormente e pouco ocupadas, são consideradas os pontos “opacos”. As localidades qualificadas como “luminosas” são aquelas que atendem aos interesses de agentes hegemônicos nos setores da economia (no caso desta pesquisa, o agronegócio) e da sociedade (as camadas com maiores rendimentos econômicos geralmente) que, por sua vez, são incorporados plenamente às correntes da globalização econômica, política e cultural.

Essa forma de análise do espaço geográfico se adequa de forma expressiva no que se refere ao desenvolvimento urbano e econômico das cidades médias às margens da BR-163, como é o caso de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Tendo em vista, principalmente, que as cidades às margens das MTs (rodovias estaduais) não se desenvolveram significativamente como estas. As cidades em tela se destacam nacionalmente pela relevância apresentada, enquanto cidades médias

no estado de Mato Grosso, principalmente pelo agronegócio desenvolvido em seus limites territoriais.

Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop estão inseridos na Amazônia Legal. Os três primeiros municípios, de acordo com o IBGE@Cidades (2022) integram a microrregião geográfica do Alto Teles Pires, já Sinop faz parte da microrregião denominada de Sinop. No entanto, todos eles pertencem a mesorregião Norte-matogrossense. Esses municípios compõem atualmente uma das maiores regiões voltadas para o desenvolvimento do agronegócio no país, sendo a principal produtora de soja e também de outros grãos, como milho, arroz e algodão. Além da produção de grãos a área se destaca pela alta produtividade e modernização da pecuária (ARANTES, 2012; BRASIL, 2006).

A origem desses municípios data do final do século XX, aproximadamente entre as décadas de 1970 e 1990, tendo como cenário histórico o período da Ditadura Militar, que fez uso da colonização induzida pelo Estado e da migração como uma estratégia para a promoção de povoados e projetos desenvolvimentistas na região da Amazônia Legal, denominando-o como uma política de “integração nacional” (ARANTES, 2012). Dando origem ao que é conhecido atualmente como arco do desmatamento e fronteira agrícola.

Diante do exposto, entender a urbanização promovida e dinamizada pelas regiões do agronegócio no estado de Mato Grosso, remonta a necessidade de se compreender os elementos que representam uma parcela relevante na compreensão da realidade social brasileira, que está amplamente articulada ao novo e veloz processo de (re)produção sócio-espacial do espaço agrário nacional (VOLOCHKO, 2015).

Como mencionado anteriormente, a expansão da fronteira agrícola teve seu início a partir dos anos 1970, tendo sido redimensionada pelo agronegócio, principalmente, a partir dos anos 1990. Esse movimento impactou no planejamento territorial estadual, pensando a partir das capitais agroindustriais e financeiras nacionais e internacionais durante o processo de (re)produção sócio-espacial de forma desigual e combinada. Portanto, o processo de expansão das atividades agrícolas modernas nessas localidades, encontra-se amplamente envolvido com a constituição de uma nova

relação entre o espaço-tempo, tendo em vista as diversas transformações sócio-espaciais inerentes às lógicas de produção das commodities agrícolas (VOLOCHKO, 2015). Resultando em espaços urbanos e rurais amplamente desiguais, com alta concentração de renda e uma valorização excessiva da terra.

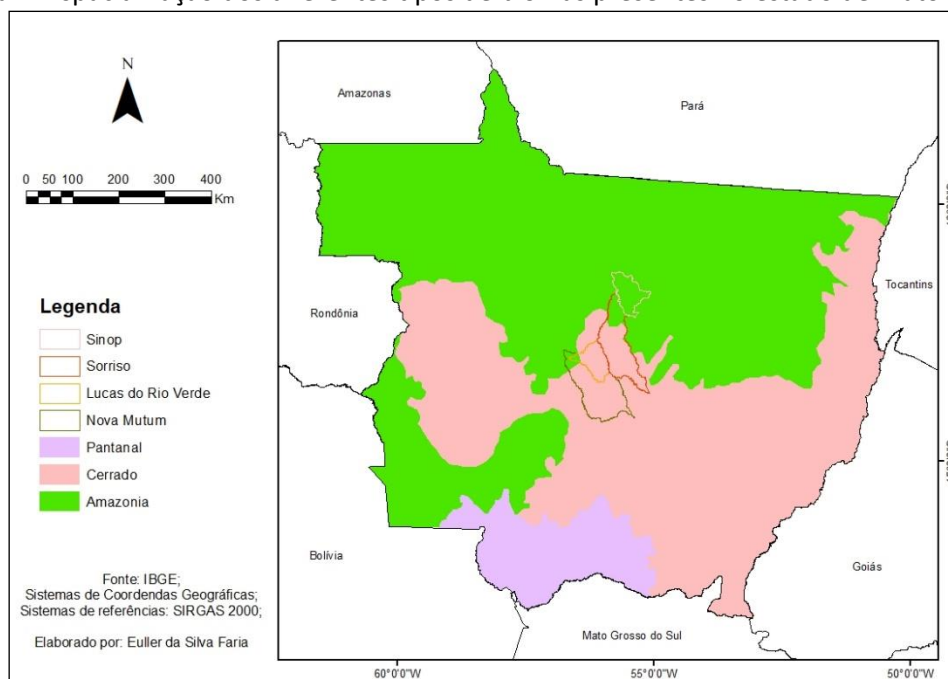
Por essas ações dos agentes produtores do espaço geográfico (Estado e grandes incorporadoras de terras) pode-se dizer que os municípios de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, foram planejados e incorporados para a promoção e reprodução do capital agropecuário, tendo em vista que a modernização da área só ocorreu em decorrência dos interesses do setor econômico em questão.

Hespanhol (2000) corrobora com a afirmação anteriormente pontuada ao expor que os sucessivos governos militares de 1964 a 1985 sempre tiveram a preocupação em ocupar o Centro-Oeste e o Norte do país. Segundo o autor, houve incentivos fiscais repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir de 1966 para projetos voltados à ocupação da Amazônia Legal. Verificou-se também incentivos fornecidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) a partir de 1967, que tiveram como objetivo o deslocamento de atividades econômicas e da população em direção a essas áreas de interesse para a promoção da dita “integração” nacional.

Na figura 2, encontrada abaixo, é possível observar os diferentes biomas existentes na área de estudo, demonstrando quais áreas de fato estão incluídas na Amazônia Legal, como também quais partes correspondem às áreas de transição do bioma, o chamado Cerrado.

A partir dos dados espacializados na figura 2, é possível concluir que o único município inteiramente incluído na Amazônia Legal é o de Sinop. As demais localidades possuem uma pequena parcela incluída dentro dos limites do bioma, com a maioria da dimensão territorial tendo sido ocupada ou pertencente ao cerrado, isto é, configurando-se como área de transição. As formas como são gerenciadas a ocupação dessas áreas dizem muito sobre qual a preocupação real dos agentes produtores do espaço geográfico. Neste caso específico, com ênfase aos incorporadores de terras e o Estado, através dos programas de “integração nacional”.

Figura 2. Espacialização dos diferentes tipos de biomas presentes no estado de Mato Grosso



Fonte: Organizado pelos autores (2022)

Os programas implementados remetem à responsabilidade e ao papel do Estado em promover formas de (re)produção sócio-espacial das referidas áreas. Na maioria dos casos, é possível dizer que a preocupação da gestão nacional não era com as pessoas que lá morariam, mas os ganhos econômicos que essa ocupação resultaria. Para Hespanhol (2000), com a construção da Rodovia Federal Cuiabá-Santarém (BR-163), a partir do Programa de Integração Nacional (PIN), no início de 1970, foram criados diversos núcleos de colonização oficiais de responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), que posteriormente originaram as cidades conhecidas atualmente.

Por assim dizer, a década de 1970 é essencial para compreender a estrutura produtiva e a urbanização do estado do Mato Grosso, tendo em vista que o estado foi amplamente influenciado pela “marcha modernizadora do Oeste”, que provocou um fluxo intenso de migração direcionada para esta área. A economia estadual possui um caráter essencialmente agropecuário desde o princípio, contando com uma urbanização crescente. Diante dessa forma de ocupação e do mundo

altamente tecnificado e globalizado, o desenvolvimento do setor agropecuário ficou cada vez mais capitalizado e mecanizado, resultando em áreas rurais pouco ocupadas demograficamente e uma atração significativa dessas pessoas para as áreas urbanas (CUNHA, 2006).

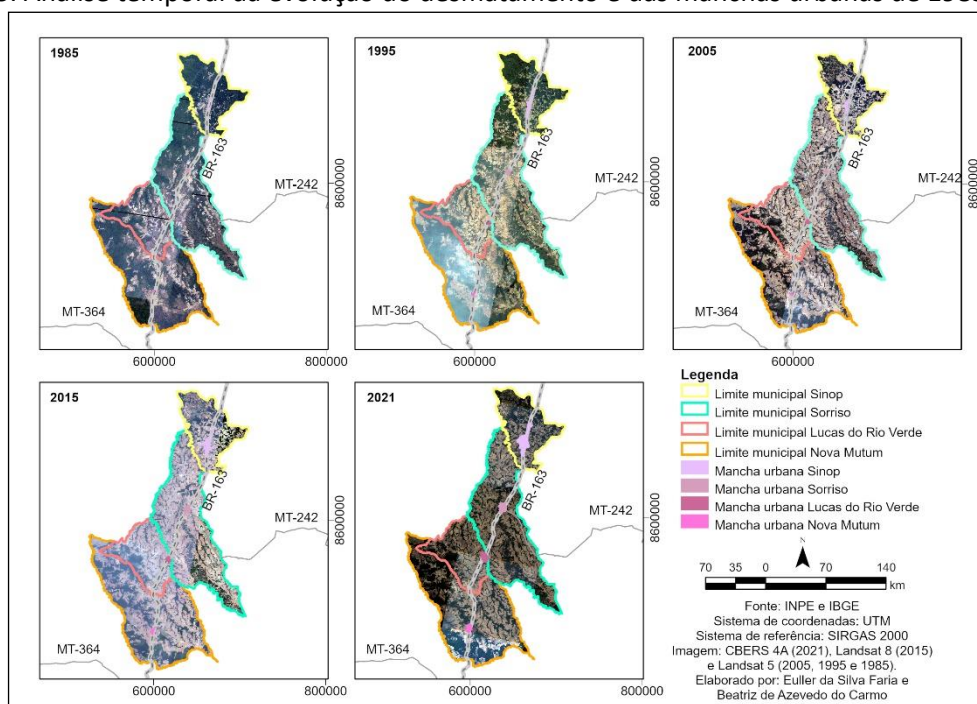
Esse quadro se reverbera quando enfatizada a produção de grãos enquanto principal atividade do/no campo juntamente com a mecanização agrícola, as quais demandam de extensas áreas de terra para a produção, como também a baixa necessidade de mão de obra. Demonstrando que a produção de soja impulsiona a emigração de pequenos proprietários e trabalhadores rurais para as áreas urbanas, transformando e solidificando a economia urbana local como uma extensão das necessidades provenientes da cadeia produtiva do agronegócio (CUNHA, 2002).

No tocante ao Mato Grosso e, principalmente, no trecho da BR-163 é amplamente visível a partir de sua história recente, bem como por meio do processo de urbanização e emancipação municipal, que os municípios estudados estão especialmente conectados ao processo de comercialização da soja, desde as grandes empresas, como também aos produtores de insumos agrícolas. Elias e Pequeno (2007) corroboram com essa prerrogativa ao conceberem que a proximidade das relações do espaço rural e do espaço urbano possuem processos complementares, considerando que o desenvolvimento agroindustrial proporcionou o crescimento populacional na região, bem como o desenvolvimento econômico de atividades aliadas a cadeia produtiva do agronegócio.

Pode-se afirmar, dessa maneira, que as cidades neste eixo servem como uma espécie de apoio para os produtores rurais, servindo como um impulso para o aumento do processo de urbanização, apesar de serem voltadas para as atividades do campo. Esse quadro se intensifica em decorrência das necessidades que a atividade produtiva das commodities demanda, isso porque o campo acaba exigindo, mesmo que indiretamente, que a cidade se especialize no atendimento das necessidades das propriedades rurais, aproximando cada vez mais as relações inerentes entre o campo e a cidade. Por assim dizer, é possível afirmar que os núcleos urbanos mato-grossenses atraíram no processo de imigração, profissionais especializados para atender o agronegócio (CAMARGO et al., 2017).

A partir do avanço na produção de soja, houve uma mudança demográfica e urbana em grande parte marcada pelo crescimento populacional e influenciada fortemente pela produção de grãos, em especial da soja. Durante a expansão das áreas plantadas de soja é possível visualizar que o grau de urbanização foi intensificado (CAMARGO et al., 2017). Esse quadro é amplamente palpável a partir dos dados espacializados na figura 3, que busca demonstrar visualmente as áreas de desmatamento e as manchas urbanas, resultado principalmente da ação dos agentes produtores do espaço geográfico, durante o período de 1985 a 2021.

Figura 3. Análise temporal da evolução do desmatamento e das manchas urbanas de 1985 a 2021.



Fonte: Organizado pelos autores (2022).

Na figura apresentada acima, é possível visualizar dentro do período analisado como se comportou o processo de ocupação da área, entendendo que as manchas mais escuras nas imagens, em tons esverdeados, correspondem às florestas; enquanto as áreas onde se observa as manchas mais claras, remetendo a tons de palha, correspondem às áreas desmatadas. Contudo, não é possível afirmar se esse processo se deu para o cultivo de lavouras permanentes ou temporárias,

tendo em vista que seria necessária uma apuração mais profunda das informações referentes às formas de uso e ocupação da terra na região.

Por conseguinte, os dados mais “antigos” alcançados remontam ao ano de 1985, no qual é possível dimensionar a alta ocupação do território por florestas, com poucas manchas de outro tipo de ocupação ou desmatamento. Em um salto de 10 anos, já no ano de 1995, é possível constatar que em Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum o processo de ocupação e diminuição da área florestada é mais expressivo, em contraste com o que se observa em Sinop, que só apresenta um alto grau de ocupação em 2005. Essas métricas de diminuição das áreas florestadas se replicam para os municípios nos anos seguintes, 2015 e 2021, respectivamente, deixando em evidência que a maior parte das áreas florestadas podem ser classificadas, a princípio, como Áreas de Vegetação Permanente (APP).

Em contraste com a diminuição das áreas florestadas, principalmente para os anos de 2015 e 2021, é evidente a expansão das manchas urbanas, que acabaram acompanhando as demandas por mão de obra, oferta de serviços, bem como uma infraestrutura política e econômica voltada para as demandas presentes no campo. Durante as primeiras décadas, a expansão das manchas não foi tão significativa quando acompanhadas apenas pelas métricas de diminuição de áreas florestadas, contudo, quando comparadas com outras cidades brasileiras e seu processo de expansão territorial, é possível dizer que houve um “boom” na urbanização dessas cidades, tendo em conta que todas possuem cerca de 45 anos desde sua implantação.

Esse processo crescente de urbanização, como já pontuado, teve uma intensa influência dos agentes produtores do espaço geográfico ligados ao campo. De acordo com Elias e Pequeno (2007) as cidades próximas às áreas de produção do agronegócio acabam suprindo as necessidades do mesmo em decorrência da própria pressão do mercado, podendo ser expressa através de mão de obra, capacitação de pessoal, recursos financeiros, assistência técnica, dentre outras, dando forma às cidades do campo.

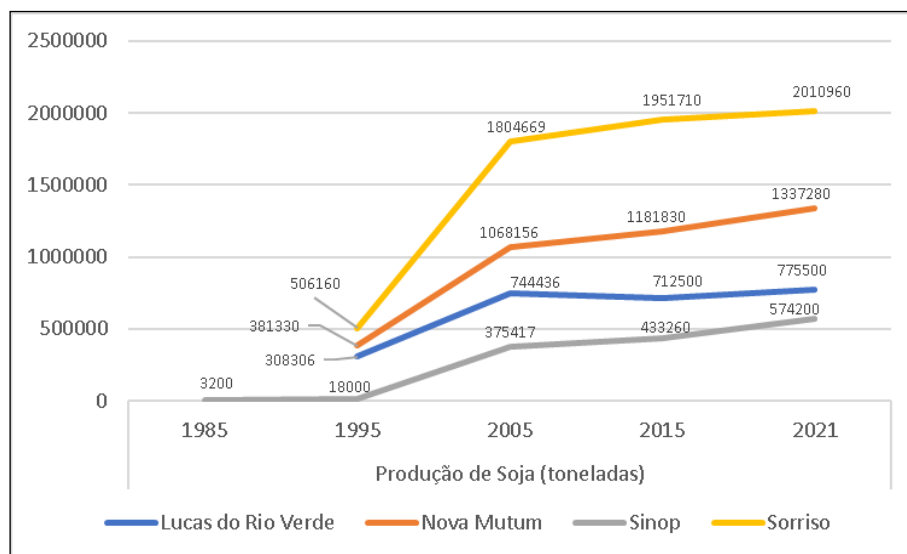
Ainda conforme os autores supracitados, o processo de urbanização decorrente do papel desempenhado pelo agronegócio no estado de Mato Grosso, teve seu início no final dos anos 1990

(evidenciado na figura 3, a partir da análise da diminuição das áreas florestadas, já que a produção agroindustrial demanda extensas áreas voltadas para a produção de grãos). Esses municípios mato-grossenses possuem sua economia diretamente relacionada à implantação e expansão da produção de soja, essas cidades apresentam como característica principal suprir os setores correlatos à agropecuária, sendo espaços urbanos e cidades amplamente organizados em consequência da agroindústria e principalmente à produção de grãos. Essa cadeia produtiva consequentemente insere esses municípios e suas respectivas áreas urbanas ao agronegócio globalizado, o qual irá ocasionar na diversificação da infraestrutura e serviços ofertados (ELIAS e PEQUENO 2007).

Esse processo de reestruturação observado no estado é marcado pelo deslocamento de empresas nacionais e internacionais, como a Bunge (holandesa), a Archer Daniels Midland (ADM) (norte-americana), a Maggi (brasileira), a Sadia (brasileira), a Perdigão (brasileira) e outras, que passaram a estabelecer e a atuar no processo produtivo do agronegócio no Mato Grosso. Em paralelo, houve um investimento em rodovias, como a BR-163 e a BR-164, favorecendo o processo de escoamento da produção (atuação do Estado, como agente produtor do espaço geográfico). As empresas que migraram para a região receberam vantagens dos governos locais, tornando a área cada vez mais atrativa, dentre eles a concessão de terrenos, isenção de impostos, como também a infraestrutura urbana voltada para atender suas demandas. Assim, as cidades passaram a ser centralizadoras de comércios e serviços especializados na cadeia produtiva do agronegócio (ELIAS, 2011).

Como resultado desses incentivos e do crescente avanço da produção do agronegócio foram ampliadas as taxas de produção de grãos ao longo dos anos, resultando no que se observa nos dados expressos no gráfico 1, referente ao aumento da produção de grãos (em toneladas), no recorte temporal de 1985 a 2021.

Gráfico 1. Evolução da produção de grãos nos municípios de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum (1985 – 2021).



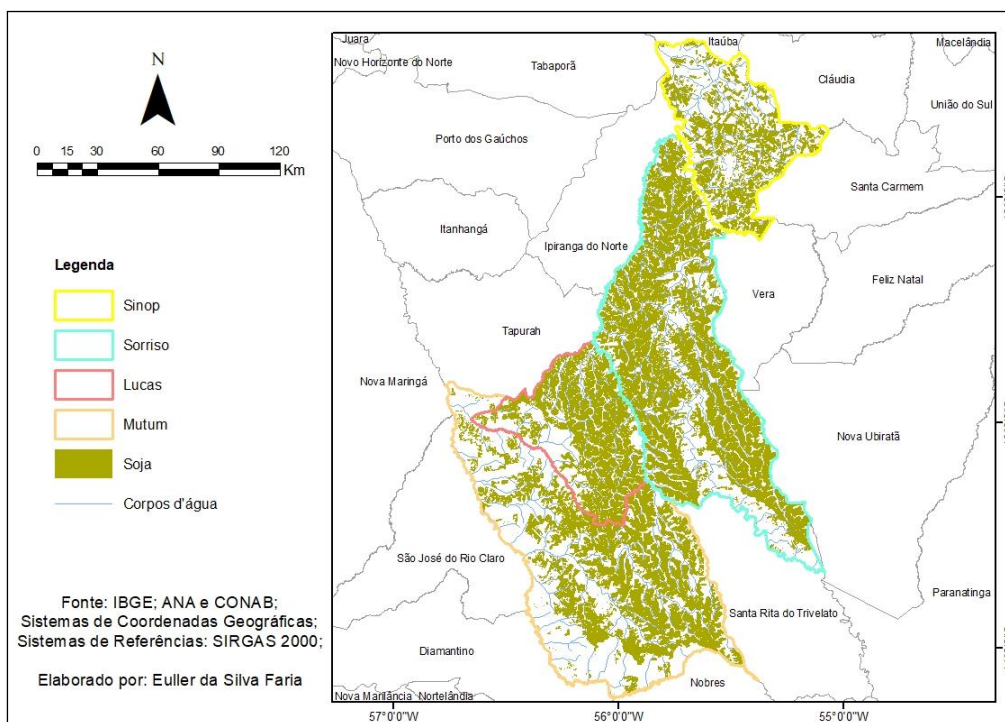
Fonte: IBGE⁶. Organizado pelos autores (2022).

Conforme os dados trabalhados no gráfico, é possível evidenciar que Sorriso é o maior produtor de soja dentre os quatro municípios analisados e Sinop, apesar de aparentemente ter sido o primeiro a começar o processo de produção de grãos, atualmente é o que possui os números menos expressivos. Com relação a Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, é notório que a produção de soja entre os anos de 2005 e 2021 variou levemente, contudo, não foi um aumento tão expressivo, mantendo uma certa média. O que não é o caso de Sorriso, que apesar de ter começado possivelmente entre o final de 1980 e começo de 1990 deu um salto significativo em dez anos, de 1995 a 2005.

Esse quadro, principalmente para o ano de 2021, pode ser visualizado a partir da espacialização da área plantada de soja, que está representada na figura 4, que busca demonstrar como cada município tem distribuído espacialmente essa produção.

Figura 4. Espacialização da área plantada de soja nos municípios de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum (2021).

⁶ Dados retirados do site SIDRA do IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>> Acesso em: 29 set. 2022.



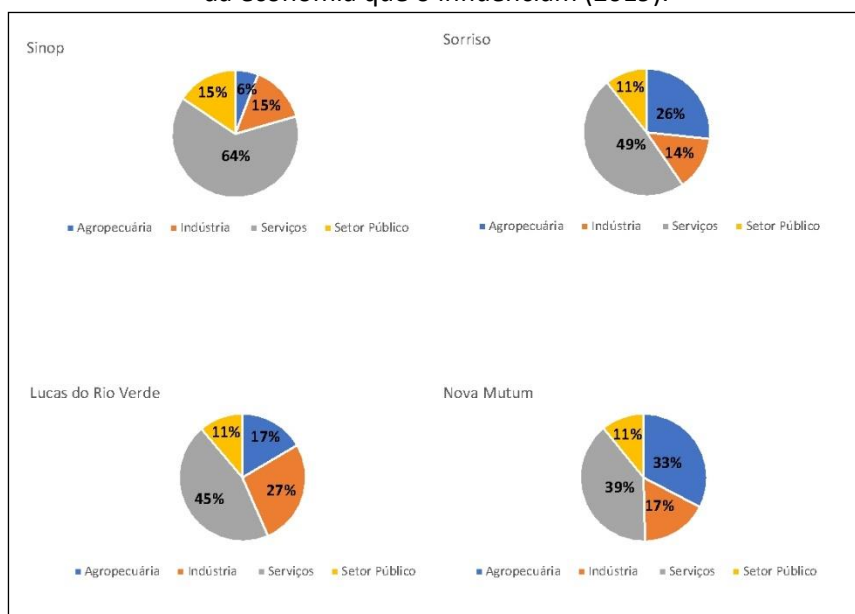
Fonte: Organizado pelos autores (2022).

Nos dados espacializados e representados na figura acima é possível constatar inicialmente que há uma diferença considerável nas dimensões territoriais municipais das áreas empíricas de análise. Em suma, a ordem decrescente de seu tamanho seria Nova Mutum, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop. A partir de uma análise inicial da representação, é possível considerar que Sinop, como apontado no gráfico é o que detém a menor área plantada, em contrapartida Sorriso e Lucas do Rio Verde, possuem a maior parte de seu território municipal ocupada pela área plantada de soja.

Para Volochko (2015), as cidades localizadas às margens da BR-163, demonstram um vínculo efetivo entre o agronegócio e a intensificação do crescimento urbano. Afirmando que a perspectiva de produção da cidade, do espaço urbano e de forma mais geral o espaço geográfico, tem se colocado como um processo constante de valorização fundiária agrícola, permitido principalmente pela concentração de terras e posteriormente a organização dos projetos de colonização.

Esse quadro de expansão da produção de grão, em especial da soja que é a principal cultura produzida na região, acabou influenciando na forma pela qual os agentes produtores da cidade (o Estado, os incorporadores de terras e os donos do capital) projetassem cidades que atendessem ao setor econômico do agronegócio, criando uma cadeia produtiva em função da maior produtividade da agroindústria. No gráfico 2, é possível visualizar os diferentes setores econômicos que compõem o Produto Interno Bruto (PIB) de cada município.

Gráfico 2. Produto Interno Bruto de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, os principais setores da economia que o influenciam (2019).



Fonte: IBGE cidades⁷. Organizado pelos autores (2022)

⁷ Dados retirados do site IBGE cidades. Brasil/Mato Grosso/Sinop. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sinop/pesquisa/38/46996>> Acesso em: 29 de set. 2022.

Dados retirados do site IBGE cidades. Brasil/Mato Grosso/Sorriso. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sorriso/pesquisa/38/46996>> Acesso em: 29 de set. 2022.

Dados retirados do site IBGE cidades. Brasil/Mato Grosso/Lucas do Rio Verde. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/lucas-do-rio-verde/panorama>> Acesso em: 29 de set. 2022.

Dados retirados do site IBGE cidades. Brasil/Mato Grosso/Nova Mutum. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/nova-mutum/pesquisa/38/46996>> Acesso em: 29 de set. 2022.

Nos quatro municípios é latente a relevância do setor de serviços, responsável por toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do agronegócio, como também para atender a população residente. Em segundo lugar o setor econômico de maior expressividade é a Indústria (Sinop e Lucas do Rio Verde) e a Agropecuária (Sorriso e Nova Mutum), esse quadro é influenciado principalmente pela produção em toneladas apresentadas pelos municípios (gráfico 1), logo, os municípios responsáveis pelas maiores produções vão possuir a maior expressividade no PIB.

Uma das críticas mais expressivas às cidades do agronegócio está relacionada à produção do espaço intraurbano, o qual é realizado por seus sujeitos sociais, em suas mais diversas ações, econômicas, políticas (valorização da terra urbana e rural via políticas públicas) e culturais (através das formas hegemônicas de representação do espaço geográfico, resultando em grande parte nas formas de sociabilidade presentes nessas cidades e no gritante processo de segregação sócio-espacial, sendo um dos principais efeitos colaterais das ações engendradas nos espaços urbanos e em sua materialização, a cidade (VOLOCHKO, 2015).

Portanto, apesar das atividades econômicas ligadas ao agronegócio serem as responsáveis pelo desenvolvimento econômico regional e do acelerado crescimento urbano, é necessário repensar as formas pelas quais esses espaços urbanos e essas cidades têm passado por seus processos de (re)produção sócio-espacial, revelando cada vez mais a necessidade de se pensar e planejar as cidades para pessoas e não somente para o capital e suas mais diversas formas predatórias e de desenvolvimento desigual e combinado. Esta é uma questão que precisa ser aprofundada por meio de novos estudos, neste artigo fica claro esta demanda acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de formação das cidades no Centro-Oeste, nota-se a ação de vários agentes formadores do espaço, percebe-se também a ação direta do desenvolvimento tecnológico, sendo por meio dele instaladas as cadeias produtivas globalizadas.

Através das ações dos agentes que atuam no espaço geográfico, como pôde ser verificado pela pesquisa realizada, os municípios de Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum foram planejados e incorporados para a promoção e reprodução do capital agropecuário em moldes do

agronegócio, isso porque observou-se que a implantação de sistemas técnicos que levaram a modernização da região só ocorreu em decorrência dos interesses do setor econômico em questão.

É preciso destacar a ação do Estado nesse processo verificada por meio do Programa Nacional de Integração Nacional (PIN) no início dos anos 1970, tendo destaque no âmbito desse programa a construção da rodovia federal Cuiabá-Santarém (BR-163) e dos projetos de colonização em parceria público-privada. Com o processo de ocupação da região, registou-se a redução das áreas florestadas e a expansão da mancha urbana. Dessa forma, o crescimento das cidades ocorre em atendimento às demandas no campo por mão de obra e serviços, bem como de infraestrutura de política e econômica.

Nos municípios estudados foi possível observar a significativa participação do setor de serviços, que confere a infraestrutura demandada para o desenvolvimento do agronegócio, como também para atender a população residente. Ressalta-se ainda que o agronegócio nessas localidades se desenvolveu de maneira a promover diversas transformações sócio-espaciais que tinham como objetivo atender às suas demandas, o que trouxe como consequência espaços urbanos e rurais desiguais com concentração de renda e valorização excessiva da terra. Por fim, cabe mencionar que as cidades neste eixo da BR-163 servem como apoio para à produção do agronegócio, este impulsiona o processo de urbanização, apesar de ser voltada para as atividades do campo.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. Afirmações e contradições do agronegócio nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – Região Norte do estado de Mato Grosso. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional)** – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul (RS), 2012.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_ato_2004-2006. Acesso em: 20 set. 2022.

CAMARGO, K. C. M.; ARAÚJO, A. H. R. C.; SILVA, C. C.; VAZQUEZ, F. F. Relação entre o crescimento urbano e evolução do plantio da soja no Mato Grosso (1990-2010). In: ENAMPUR, 17., 2017, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2017.

CARLOS, A. F. A. A cidade. 8ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2007.

CARMO, B. A. Os Modelos Digitais de Terreno na caracterização da vulnerabilidade socioambiental a enchentes na periferia do espaço urbano de Holambra (SP) e as ações do planejamento urbano. 2022. 202f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2022.

CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989.

COY, M.; KLINGLER, M. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014.

CUNHA, J. M. P. A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação. Campinas: Nepo/Pronex/UNICAMP, 2002.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista brasileira de Estudos da População**, v. 23, n. 01, p. 87 – 107, 2006.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. V. 13, n. 2, p. 153 a 167, 2011.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 25-39, 2007.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1933>. Acesso em: 10 abr. 2022.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil/Mato Grosso/Lucas do Rio Verde. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/lucas-do-rio-verde/historico>. acesso em: 10 set.2022.

HESPANHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do centro-oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 22, n. 01, p. 07 – 26, 2000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7290#:~:text=A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20regional,Col%C3%B4nias%20Agr%C3%ADcolas%20pelo%20Governo%20Federal>. Acesso em: 19 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ibge@cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 maio. 2022.

MATIAS, L. F. Por uma economia política das geotecnologias. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.

PEQUENO, L. R. B.; ELIAS, D. Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio. **GeoTextos**, Brasil, v. 16, n. 1, julho 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2001.

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. 6ª ed, São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, M. Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, M. S.; MEDEIROS, J. M. M.; NUNES, L. A. A. Organização socioespacial em cidades do agronegócio no norte matogrossense: um estudo em Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n. 2, p. 191-207, jul./dez. 2015.

SOUSA, A. S.; OLVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. FUCAMP Cadernos, v. 20, p. 64 – 83, 2021.

TREVISAM, R. Cidades plantadas na floresta amazônica: ações estatais para ocupação e urbanização do centro-norte brasileiro. In: **XIII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**. Anais [...], Costa Rica, 2011, p. 01-18.

VOLOCHKO, D. Terra, poder e capital em Nova Mutum-MT: elementos para o debate da produção do espaço nas “cidades do agronegócio”. **GEOgraphia**. 2015. v. 17, n. 35, p. 40-67. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13728>. Acesso em: 08 abr. 2022.